

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 17a. REUNIÃO DO CONSELHO
NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA
REALIZADA EM 23.11.81

Às nove horas do dia vinte e três de novembro de um mil novecentos e oitenta e um, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Ministério da Justiça, quarto andar, sala quatrocentos e setenta. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros JASON SOARES ALBERGARIA, BENJAMIN MORAES FILHO, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, EVERARDO DA CUNHA LUNA, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, JOSÉ DANION DE OLIVEIRA, RENÉ ARIEL DOTTI, ANTONIO ZAPPALÁ, NABOR CESAR SIQUEIRA e ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA. Aberta a sessão o Senhor Presidente submeteu a ata da 16a. reunião do CNPP ao Plenário que aprovou-a por unanimidade. Em assuntos gerais o Senhor Presidente informou ao Egrégio Conselho sobre os expedientes tramitados no CNPP no período compreendido entre vinte e três de outubro a vinte e um de novembro último. Ao iniciar os trabalhos contidos na ordem do dia, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO, relator de parecer solicitado pela Presidência do CNPP, relativo a requerimento do vereador MÁRIO NEY RIBEIRO DAHER, solicitando através do Exmº Sr. Ministro de Estado da Justiça, Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL, apoio para a implantação de uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados-APAC's, na cidade de Jacareí-São Paulo. Iniciando o relato do parecer em foco, o Senhor Conselheiro mencionado informara ao Plenário sobre a tramitação daquele documento no Ministério da Justiça, cujo conteúdo demonstra essencialmente objetivos vinculados à reintegração do homem à sociedade, através "da solidariedade humana, compreensão, humildade e amor ao próximo". Neste documento aquela Associação caracterizou a operacionalização desses objetivos em torno de "orientação espiritual, cultural e aconselhamento psicológico sem quaisquer ônus para o Estado, além de providenciar documentação, empregos, treinamento profissional e até mesmo apoio permanente à família". Informara ainda o relator que, a peça original foram anexadas treze moções aprovadas no I Congresso Nacional das APAC's, contendo "matéria relevantíssima, e excelentes sugestões sobre o

problema das execuções penais". Em virtude disto, concluiu sugerindo que as moções de nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10 e 11, fossem encaminhadas à Comissão Revisora do Anteprojeto da Lei de Execução Penal; e às de nº 8 e 12 à Comissão de Código de Processo Penal; e a moção de nº 13, "que, com grande descortino, formula apelo aos órgãos de difusão, no sentido de selecionarem com critério suas programações e noticiários, evitando-se a propagação da violência, ao Ministério das Comunicações". - Concluído o presente relato, o Sr. Presidente colocou-o à discussão e votação do Plenário. Na oportunidade o Sr. Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, sugeriu ao relator que inserisse em seu parecer a adoção de convênios que possibilitassem um alargamento da plataforma estrutural desses serviços, e, em virtude das vantagens oferecidas estendê-los a outras Unidades da Federação, visando também, a futura instalação dos cursos de formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal penitenciário. Em aceitando a sugestão, o relator ponderou que o parecer fosse votado em separado e, em outra oportunidade, utilizada a valiosa sugestão do Eminentíssimo Conselheiro, tendo em vista os trabalhos afins que o CNPP vem desenvolvendo. Após a discussão, foi aprovado na forma proposta pelo relator. Prosseguindo os trabalhos, o Sr. Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, que emitiu parecer relativo a consulta procedente da Organização Internacional do Trabalho, sobre a oportunidade de se explicitar em nova legisla-

ção que o trabalho do preso a empregador privado dependesse de seu consentimento, e, sobre a vigência da diretriz da política penitenciária brasileira, segundo a qual os presos no trabalho exterior podem escolher livremente o seu empregador. Sobre a pretensão do conhecimento da O.I.T., o eminente relator em uma tese de doze laudas descortinou toda a legislação brasileira pertinente ao assunto, demonstrando desde logo que não se caracteriza no Brasil, qualquer infração à Convenção de nº 29 de 1930. Citou que a nova legislação já tem explicitadas as normas sobre trabalho penitenciário, inclusive sobre trabalho externo, consoante seu novo estatuto jurídico, recomendado pela legislação positiva da ONU. Ratificando a posição demonstrada nos parágrafos iniciais, enfocou a Lei Federal nº 6.416, de 24 de maio de 1977, nos seus parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 30, bem como as Leis de nºs 7.226, artigos 10 a 25 e 36 a 45, e, ainda, a Lei nº 1.819, artigos 37, 44, 56. Transcritos no parecer, a legislação citada, o relator ainda informara que "o regime jurídico do trabalho penitenciário, segundo a legislação brasileira harmoniza-se com as Regras Mínimas da ONU e outros documentos internacionais. De resto, o estatuto jurídico do trabalho penal funda-se na Constituição e tem a contribuição da legislação trabalhista. Segundo KURCZIN aplica-se ao trabalho penitenciário am-

plio elenco de princípios e normas do direito do trabalho". Também sobre a filosofia do trabalho do preso, o relator demonstrou que as diretrizes da política penitenciária nacional consistem na promoção de ressocialização do condenado, centrada, sobretudo, no trabalho de caráter pedagógico e produtivo e na educação especializada, ao lado das atividades culturais, esportivas e recreativas, religião, disciplina e contato com o exterior. Ponderou o relator que, "todavia, o que se demonstra não é evidente, será possível, pois, o desvio ou excesso na execução, por má aplicação ou interpretação da lei". A vista disto, opinara que se tipifiquem em norma explícitas as sugestões da O.I.T. propondo o encaminhamento à Douta Comissão Revisora do Anteprojeto da Lei de Execução Penal, as duas emendas que se seguem: "EMENDA Nº 1" - "Art.... É necessário o consentimento do condenado ou internado na prestação de trabalho, produtivo a empregador e órgão de administração direta ou indireta" - "Art.... O condenado por crime político não está sujeito à obrigação do trabalho penal". Ao concluir o parecer em apelo, o Senhor Presidente submeteu-o à discussão do Plenário, que o aprovou por unanimidade. E pela lucidez da tese apresentada, manifestaram aplausos ao relator, os Senhores Conselheiros FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, BENJAMIN MORAES FILHO e ANTONIO ZAPPALÁ. Prosseguindo o Senhor Presidente deixou livre a palavra oferecendo liberdade de iniciativa ao Plenário. Em seguida o Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES solicitou através da Presidência que a Coordenação das Comissões Revisoras dos Anteprojetos relativos à reforma do Sistema Criminal, enviasse ao CNPP tão logo estivessem concluídos, os textos revisados dos mencionados Anteprojetos. À vista do sentido lógico do que se solicitou, o Senhor Presidente dispensou a votação do Plenário informando que tão logo estejam concluídos, atenderá o que se propôs. À oportunidade fez uso da palavra o Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, para informar ao CNPP que o Dr. CAIO MACHADO Subsecretário da Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, manifestou seu entusiasmo pelo I Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária, do qual participou e, naquele momento, solicitara do eminente Conselheiro, os Anais do Congresso, para que pudesse conhecer todos os trabalhos realizados. Ainda com a palavra, o Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, informou ao Plenário que na cidade de Pomerode-Paraná, curiosamente, há mais de 100 anos não se praticam crimes - Por isto, sugeriu ao Conselho e ao DEPEN que fosse expedida correspondência louvando as autoridades locais por este fato. À ceitas as sugestões, o Senhor Presidente encerrou a sessão matutina. Abrindo os trabalhos da tarde, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Conselheiro RENÉ ARI-

EL DOTTI, para que proferisse sucinto relato sobre as recentes atividades da Comissão Revisora do Anteprojeto da Lei de Execução Penal. Iniciando sua breve exposição o Senhor Conselheiro já mencionado, ressaltara que o Anteprojeto da Lei de Execução Penal despertou as atenções não somente dos especialistas, mas também de todos aqueles que em geral se interessam pelos problemas da Justiça Criminal. Sentiu-se a demonstração desse interesse, particularmente quando da realização do I Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária, tendo em vista a busca dos participantes àquela Comissão, então presidi-